

A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO LIVRE NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS

THE IMPORTANCE OF FREE MOVEMENT IN THE DEVELOPMENT OF CHILDREN AGED 0 TO 3



ELISÂNGELA DE SOUSA MORAES

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Universidade Norte do Paraná (2014). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade ITEQ (2022)

RESUMO

O presente artigo analisa a importância do movimento livre no desenvolvimento de crianças de 0 a 3 anos no contexto da Educação Infantil, destacando sua contribuição para o desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social. Com base em abordagens contemporâneas, compreende-se que o movimento não deve ser restringido ou antecipado por intervenções adultocêntricas, mas respeitado como uma manifestação natural da criança em interação com o ambiente. Nesse sentido, a perspectiva de Emmi Pikler fundamenta a defesa do movimento livre, ao afirmar que o desenvolvimento motor ocorre de forma mais saudável quando a criança tem liberdade para explorar, experimentar e descobrir suas próprias possibilidades corporais. Além disso, dialoga-se com Henri Wallon, que destaca a relação entre movimento, emoção e construção do conhecimento, e com Lev Vygotsky, ao evidenciar a importância das interações e do ambiente no processo de desenvolvimento infantil. A organização de espaços seguros, estimulantes e acessíveis é apontada como elemento essencial para garantir a autonomia e o protagonismo das crianças pequenas. Dessa forma, o papel do educador não é o de conduzir ou acelerar o desenvolvimento, mas de observar, respeitar e criar condições favoráveis para que ele ocorra de maneira natural e significativa. Conclui-se que o movimento livre é um direito da criança e um princípio fundamental para práticas pedagógicas que valorizem o desenvolvimento integral na primeira infância.

Palavras-chave: Movimento livre; Primeira infância; Desenvolvimento infantil; Educação Infantil; Autonomia.

ABSTRACT

This article analyzes the importance of free movement in the development of children aged 0 to 3 within the context of early childhood education, highlighting its contribution to motor, cognitive, emotional, and social development. Drawing on contemporary approaches, the understanding is that movement should not be restricted or prematurely induced by adult-centric interventions but rather respected as a natural manifestation of the child interacting with their environment. In this regard, Emmi Pikler's perspective underpins the advocacy for free movement, asserting that motor development proceeds more healthily when children are free to explore, experiment, and discover their own bodily capabilities. Furthermore, the article engages with the ideas of Henri Wallon—who emphasizes the relationship between movement, emotion, and knowledge construction—and Lev Vygotsky, highlighting the importance of interactions and the environment in the process of child development. The organization of safe, stimulating, and accessible spaces is identified as an essential element for ensuring the autonomy and active agency of young children. Thus, the educator's role is not to direct or accelerate development, but to observe, respect, and create favorable conditions for it to unfold naturally and meaningfully. The article concludes that free movement is a child's right and a fundamental principle for pedagogical practices that value holistic development in early childhood.

Keywords: Free movement; Early childhood; Child development; Early childhood education; Autonomy.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, especialmente no atendimento a crianças de 0 a 3 anos, tem avançado significativamente no reconhecimento da criança como sujeito de direitos, ativa em seu processo de desenvolvimento e capaz de interagir com o meio desde os primeiros meses de vida. Nesse contexto, o movimento assume um papel central, não apenas como expressão corporal, mas como linguagem, forma de exploração do mundo e meio fundamental para a construção de conhecimentos. Entre as abordagens contemporâneas, destaca-se a valorização do movimento livre, compreendido como a possibilidade de a criança desenvolver suas habilidades motoras de forma autônoma, respeitando seu ritmo e suas iniciativas.

Historicamente, práticas educativas voltadas à primeira infância foram marcadas por intervenções adultocêntricas, nas quais o desenvolvimento motor era frequentemente conduzido, estimulado ou até mesmo antecipado pelo adulto. No entanto, estudos mais recentes têm questionado essa lógica, apontando que a liberdade de movimento contribui de maneira mais significativa para o desenvolvimento global da criança. Nesse sentido, Emmi Pikler defende que “a criança deve ter liberdade para se mover e desenvolver-se a partir de suas próprias iniciativas”, ressaltando que o movimento autônomo favorece não apenas o desenvolvimento físico, mas também a segurança emocional e a confiança em si mesma.

Além disso, o movimento está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento afetivo e cognitivo. Para Henri Wallon, o corpo é o primeiro instrumento de relação da criança com o mundo, sendo por meio dele que ela expressa emoções, estabelece vínculos e inicia sua interação social. O autor afirma que o desenvolvimento infantil ocorre de forma integrada, articulando movimento, emoção e inteligência, o que reforça a importância de práticas pedagógicas que valorizem a ação corporal como elemento estruturante da aprendizagem.

Sob a perspectiva histórico-cultural, Lev Vygotsky também contribui para essa discussão ao destacar que o desenvolvimento da criança se dá nas interações com o meio e com os outros sujeitos. Embora não trate diretamente do conceito de movimento livre, sua teoria evidencia que a aprendizagem ocorre a partir das experiências vividas, o que inclui as explorações corporais realizadas pela criança em ambientes que favoreçam sua autonomia. Assim, o espaço educativo deve ser organizado de modo a possibilitar a livre movimentação, a experimentação e a descoberta.

Nesse contexto, o papel do educador é ressignificado. Em vez de conduzir ou acelerar o desenvolvimento motor, cabe a ele observar atentamente, garantir a segurança e oferecer condições adequadas para que a criança explore o ambiente de forma livre e espontânea. Essa postura exige formação, sensibilidade e compreensão das necessidades da primeira infância, além de uma prática pedagógica fundamentada em princípios que respeitem a singularidade de cada criança.

Dessa forma, discutir a importância do movimento livre na Educação Infantil implica refletir sobre concepções de infância, práticas pedagógicas e organização dos espaços educativos. Trata-se de reconhecer que o desenvolvimento infantil não deve ser imposto, mas construído a partir das experiências da própria criança. Assim, este artigo tem como objetivo analisar como o movimento livre contribui para o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 3 anos, destacando sua relevância para práticas educativas mais respeitosas, humanizadas e alinhadas às necessidades da primeira infância.

O MOVIMENTO COMO LINGUAGEM NA PRIMEIRA INFÂNCIA

O movimento, nos primeiros anos de vida, constitui uma das principais formas de expressão da criança, antecedendo e sustentando o desenvolvimento da linguagem verbal. Desde o nascimento, o bebê utiliza o corpo para comunicar suas necessidades, desejos e emoções, estabelecendo uma relação ativa com o mundo que o cerca. Gestos, olhares, movimentos de braços e pernas, mudanças posturais e deslocamentos são formas legítimas de linguagem, por meio das quais a criança interage com o ambiente e com os outros. Nesse sentido, compreender o movimento como linguagem implica reconhecer que o corpo fala, expressa e produz sentidos.

De acordo com Henri Wallon, o desenvolvimento infantil ocorre de maneira integrada, envolvendo dimensões motoras, afetivas e cognitivas. Para o autor, “o movimento é a primeira forma de expressão da vida psíquica”, evidenciando que a ação corporal não pode ser dissociada das emoções e do

pensamento (WALLON, 2007). Assim, ao se movimentar, a criança não apenas exercita seu corpo, mas também constrói relações, manifesta sentimentos e organiza suas experiências. O movimento, portanto, é um meio fundamental de comunicação e aprendizagem.

Além disso, o corpo em movimento permite à criança explorar o ambiente, descobrir possibilidades e construir conhecimentos sobre si mesma e sobre o mundo. Ao rolar, engatinhar, sentar, levantar e caminhar, o bebê vivencia experiências que envolvem equilíbrio, coordenação, força e percepção espacial. Essas experiências não ocorrem de forma isolada, mas estão imersas em um contexto relacional, no qual o olhar, a presença e a interação com o outro desempenham papel essencial. Nesse sentido, Lev Vygotsky contribui ao afirmar que o desenvolvimento se dá nas interações sociais, o que inclui as trocas estabelecidas a partir das ações corporais da criança.

A compreensão do movimento como linguagem também exige do educador uma escuta sensível e atenta às manifestações corporais do bebê. Como a linguagem verbal ainda está em construção, cabe ao adulto interpretar gestos, expressões e movimentos como formas de comunicação, respondendo de maneira adequada e respeitosa. Essa escuta corporal amplia as possibilidades de interação e fortalece os vínculos afetivos, fundamentais para o desenvolvimento infantil.

Outro aspecto relevante diz respeito à valorização da iniciativa da criança. Quando o movimento é reconhecido como linguagem, o educador passa a respeitar e incentivar as ações espontâneas do bebê, evitando intervenções desnecessárias que possam limitar sua expressão. Nessa perspectiva, Emmi Pikler defende que a criança deve ter liberdade para se movimentar e explorar o ambiente a partir de suas próprias iniciativas, pois é nesse processo que constrói confiança, autonomia e conhecimento sobre seu corpo.

Além disso, ao compreender o movimento como linguagem, amplia-se a concepção de aprendizagem na Educação Infantil. O conhecimento não se restringe à aquisição de conteúdos formais, mas se constrói nas experiências vividas, nas interações e nas explorações corporais. O movimento torna-se, assim, um meio pelo qual a criança pensa, sente e aprende, articulando diferentes dimensões do desenvolvimento.

Portanto, reconhecer o movimento como linguagem na primeira infância é fundamental para a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis, respeitosas e alinhadas às necessidades das crianças. Essa compreensão valoriza o protagonismo infantil, fortalece as interações e contribui para um desenvolvimento integral, no qual o corpo é entendido como elemento central na constituição do sujeito.

MOVIMENTO LIVRE E AUTONOMIA INFANTIL

O movimento livre constitui um princípio fundamental para a promoção da autonomia na primeira infância, especialmente no período de 0 a 3 anos, em que a criança constrói suas primeiras relações com o próprio

corpo e com o ambiente. Ao possibilitar que o bebê se movimente sem intervenções excessivas do adulto, cria-se um contexto favorável para que ele descubra, experimente e compreenda suas próprias capacidades corporais. Nesse processo, a autonomia não é ensinada de forma direta, mas construída gradualmente a partir das experiências vividas pela própria criança.

Historicamente, práticas educativas e familiares foram marcadas pela antecipação de etapas do desenvolvimento motor, como colocar o bebê sentado, em pé ou incentivá-lo a andar antes de estar preparado. Essas intervenções, embora muitas vezes bem-intencionadas, podem limitar a experiência corporal da criança e interferir em seu desenvolvimento natural. Em contraposição a essa lógica, Emmi Pikler defende que “a criança deve ter liberdade para se desenvolver por meio de suas próprias iniciativas, sem ser colocada em posições que ainda não conquistou sozinha” (PIKLER, 2010). Essa abordagem valoriza o tempo da criança e reconhece sua competência para aprender por meio da ação.

Ao se movimentar livremente, o bebê desenvolve habilidades motoras de forma mais segura e consistente, pois aprende a controlar seu corpo a partir de tentativas, erros e descobertas. Esse processo contribui para o fortalecimento da coordenação motora, do equilíbrio e da percepção corporal, além de favorecer a construção da confiança em si mesmo. A criança que experimenta o movimento de forma autônoma tende a se tornar mais segura, pois reconhece seus próprios limites e potencialidades.

Além do aspecto motor, a autonomia construída por meio do movimento livre também impacta o desenvolvimento emocional e social. Ao perceber que é capaz de agir sobre o ambiente e produzir efeitos, a criança desenvolve sentimentos de competência e autoestima. Para Henri Wallon, o desenvolvimento emocional está profundamente relacionado às experiências vividas pela criança em interação com o meio, sendo a ação corporal um elemento central nesse processo. Assim, o movimento livre contribui para a formação de uma criança mais confiante, ativa e participativa.

Outro aspecto importante é que a autonomia não significa ausência de cuidado ou de presença do adulto. Pelo contrário, ela se constrói em um ambiente seguro, no qual o educador organiza o espaço, garante proteção e observa atentamente as ações da criança. Nesse sentido, o papel do adulto é criar condições para que o bebê possa explorar o ambiente com liberdade, intervindo apenas quando necessário. Essa postura exige sensibilidade e compreensão do desenvolvimento infantil, evitando práticas que limitem ou controlem excessivamente o movimento.

A perspectiva de Lev Vygotsky também contribui para essa discussão ao destacar que o desenvolvimento ocorre nas interações sociais. Embora o movimento livre valorize a iniciativa da criança, ele não se dá de forma isolada, mas em um contexto relacional, no qual o adulto oferece suporte, encorajamento e segurança. Dessa forma, a autonomia é construída na relação com o outro, e não na ausência dele.

Portanto, o movimento livre é um elemento essencial para a promoção da autonomia na primeira infância, pois permite que a criança se reconheça como sujeito ativo, capaz de agir, explorar e aprender. Ao respeitar o tempo e as iniciativas do bebê, o educador contribui para a formação de indivíduos mais seguros, confiantes e protagonistas de seu próprio desenvolvimento.

O PAPEL DO AMBIENTE NA PROMOÇÃO DO MOVIMENTO LIVRE

A promoção do movimento livre na Educação Infantil está diretamente relacionada à qualidade e à intencionalidade da organização do ambiente educativo. Para crianças de 0 a 3 anos, o espaço não é apenas um local físico, mas um elemento ativo no processo de desenvolvimento, que pode tanto favorecer quanto limitar as possibilidades de ação e exploração. Nesse sentido, pensar o ambiente como promotor do movimento livre implica planejá-lo de forma segura, acessível e estimulante, respeitando as necessidades e potencialidades dos bebês.

A abordagem de Reggio Emilia contribui significativamente para essa reflexão ao considerar o ambiente como o “terceiro educador”. Essa concepção reconhece que o espaço comunica, orienta comportamentos e influencia as experiências das crianças. Assim, um ambiente bem estruturado convida à exploração, à curiosidade e à autonomia, enquanto espaços restritivos ou desorganizados podem inibir o movimento e limitar o desenvolvimento.

Para garantir o movimento livre, é fundamental que o ambiente ofereça segurança física, permitindo que o bebê se movimente sem riscos. Isso inclui pisos adequados, ausência de objetos perigosos, mobiliário apropriado à faixa etária e espaços amplos que possibilitem deslocamentos como rolar, engatinhar, sentar-se e caminhar. A segurança, nesse contexto, não deve ser confundida com controle excessivo, mas entendida como condição para que a criança explore com liberdade e confiança.

Além da segurança, a acessibilidade dos materiais é um fator essencial. Os objetos devem estar ao alcance das crianças, possibilitando que elas escolham, manipulem e explorem de forma autônoma. Materiais simples, como blocos, tecidos, objetos de diferentes texturas e tamanhos, podem enriquecer as experiências corporais e sensoriais. A disposição desses elementos no espaço deve favorecer a circulação e a descoberta, evitando a centralização de objetos ou a dependência constante do adulto.

Outro aspecto relevante é a organização do ambiente em diferentes áreas ou cantos, que possibilitem разнообразные experiências. Espaços destinados ao movimento, ao descanso e à exploração sensorial contribuem para que a criança reconheça o ambiente e se sinta segura nele. Essa organização também favorece a construção de referências espaciais, importantes para o desenvolvimento cognitivo e emocional.

A contribuição de Emmi Pikler reforça a importância de um ambiente que permita a livre movimentação desde os primeiros meses de vida. Em sua abordagem, o bebê deve ter espaço para se mover no chão, sem ser colocado em posições que ainda não conquistou, o que possibilita o desenvolvimento motor de

forma natural e progressiva. Essa perspectiva valoriza o protagonismo da criança e reconhece o ambiente como elemento facilitador desse processo.

Além disso, o ambiente também deve considerar a dimensão estética e afetiva. Espaços organizados, limpos, com iluminação adequada e elementos visuais agradáveis contribuem para o bem-estar das crianças. Um ambiente acolhedor transmite segurança e favorece a permanência e o envolvimento da criança nas atividades.

O papel do educador, nesse contexto, é fundamental na organização e constante avaliação do ambiente. Cabe a ele observar como as crianças utilizam o espaço, identificar possíveis barreiras e reorganizar o ambiente conforme as necessidades observadas. Essa prática exige sensibilidade e reflexão contínua, garantindo que o espaço esteja sempre alinhado às propostas pedagógicas e ao desenvolvimento das crianças.

Portanto, o ambiente educativo é um elemento central na promoção do movimento livre, sendo responsável por criar condições para que a criança explore, experimente e se desenvolva de forma autônoma. Quando planejado com intencionalidade pedagógica, o espaço torna-se um aliado do educador, contribuindo para experiências ricas, seguras e significativas na primeira infância.

MOVIMENTO, DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E APRENDIZAGEM

O movimento, na primeira infância, está profundamente relacionado ao desenvolvimento cognitivo, constituindo-se como uma das principais vias pelas quais a criança constrói conhecimentos sobre si mesma e sobre o mundo. Longe de ser apenas uma atividade física, o movimento envolve percepção, experimentação, resolução de problemas e construção de significados. Ao agir sobre o ambiente, a criança estabelece relações, testa hipóteses e desenvolve estruturas mentais que fundamentam o pensamento.

Segundo Jean Piaget, o conhecimento se constrói a partir da ação, especialmente no estágio sensório-motor, que compreende os primeiros anos de vida. Nesse período, a criança aprende por meio da exploração ativa do ambiente, utilizando o corpo como principal instrumento de interação. Ao manipular objetos, deslocar-se pelo espaço e experimentar diferentes movimentos, o bebê desenvolve noções fundamentais, como permanência do objeto, causalidade e relações espaciais. Assim, o movimento livre favorece a construção do pensamento, pois permite à criança vivenciar experiências que estimulam a inteligência.

Além disso, o movimento contribui para o desenvolvimento da atenção, da memória e da percepção. Ao explorar o ambiente, a criança observa, compara, reconhece padrões e organiza informações, processos essenciais para a aprendizagem. Por exemplo, ao tentar alcançar um objeto, o bebê precisa coordenar seus movimentos, ajustar sua postura e persistir na ação, desenvolvendo habilidades cognitivas

importantes. Essas experiências, embora simples, são fundamentais para a construção de conhecimentos mais complexos ao longo da vida.

A perspectiva de Lev Vygotsky amplia essa compreensão ao destacar o papel das interações sociais no desenvolvimento cognitivo. Para o autor, a aprendizagem ocorre nas relações com o outro e com o meio, sendo mediada pela linguagem e pela cultura. Nesse sentido, o movimento não ocorre de forma isolada, mas em um contexto social, no qual o educador e os demais sujeitos participam ativamente. Ao interagir com o adulto durante suas explorações, a criança amplia suas possibilidades de aprendizagem, construindo significados a partir das experiências vividas.

Outro aspecto relevante é a relação entre movimento e resolução de problemas. Ao se deparar com desafios, como subir em um objeto, alcançar algo distante ou equilibrar-se, a criança mobiliza estratégias, testa alternativas e aprende com seus próprios erros. Esse processo favorece o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade de adaptação, habilidades essenciais para a aprendizagem ao longo da vida. O movimento livre, ao permitir essas experiências, contribui para a formação de uma criança mais ativa e investigativa.

Além disso, o movimento está diretamente ligado ao desenvolvimento da linguagem. Embora a linguagem verbal ainda esteja em construção nos primeiros anos de vida, as experiências corporais contribuem para a organização do pensamento e para a compreensão do mundo, aspectos fundamentais para o desenvolvimento da linguagem. Ao explorar o ambiente, a criança constrói significados que posteriormente serão expressos por meio da fala.

A relação entre movimento e emoção também deve ser considerada, uma vez que o estado emocional da criança influencia diretamente sua disposição para aprender. Para Henri Wallon, emoção e cognição são inseparáveis, sendo o movimento um elo entre essas dimensões. Quando a criança se sente segura e confiante para explorar, suas experiências tornam-se mais significativas e favorecem a aprendizagem.

O papel do educador, nesse contexto, é fundamental para potencializar as experiências de movimento, sem, contudo, interferir de forma excessiva. Cabe a ele observar, encorajar e criar situações que desafiem a criança, respeitando seu ritmo e suas iniciativas. Ao oferecer um ambiente rico e estimulante, o educador contribui para que o movimento se transforme em uma experiência de aprendizagem significativa.

Portanto, o movimento livre desempenha um papel essencial no desenvolvimento cognitivo das crianças de 0 a 3 anos, sendo um elemento central na construção do conhecimento. Ao permitir que a criança explore, experimente e interaja com o ambiente, o movimento contribui para o desenvolvimento do pensamento, da linguagem e da aprendizagem, reafirmando sua importância nas práticas pedagógicas da Educação Infantil.

A MEDIAÇÃO DO EDUCADOR NO MOVIMENTO LIVRE

A promoção do movimento livre na Educação Infantil não implica ausência de intervenção pedagógica, mas sim a construção de uma mediação qualificada, sensível e intencional por parte do educador. Nesse contexto, o papel do adulto é ressignificado: em vez de dirigir ou antecipar o desenvolvimento motor da criança, ele passa a atuar como observador atento, organizador do ambiente e facilitador das experiências. Essa mudança de postura exige compreensão teórica, escuta sensível e respeito ao ritmo individual de cada bebê.

De acordo com Lev Vygotsky, o desenvolvimento infantil ocorre nas interações sociais, sendo mediado pela presença do outro. Assim, mesmo quando a criança se movimenta de forma autônoma, ela não está isolada, mas inserida em um contexto relacional que influencia suas ações e aprendizagens. A mediação do educador, portanto, consiste em criar condições para que o movimento aconteça de forma livre, ao mesmo tempo em que oferece segurança, encorajamento e suporte emocional.

Um dos principais instrumentos dessa mediação é a observação. Observar atentamente as ações da criança permite ao educador compreender suas necessidades, interesses e avanços, ajustando suas práticas de forma mais adequada. A observação, nesse sentido, não é passiva, mas intencional e reflexiva, orientando decisões pedagógicas e intervenções pontuais. Ao observar, o educador identifica quando deve intervir e quando deve permitir que a criança continue explorando por conta própria.

A intervenção, quando necessária, deve ser mínima e respeitosa, evitando interromper processos de descoberta e aprendizagem. Intervenções excessivas, como posicionar a criança em posturas que ela ainda não conquistou ou direcionar constantemente seus movimentos, podem limitar sua autonomia e comprometer seu desenvolvimento. Nesse sentido, Emmi Pikler enfatiza que “o adulto deve confiar na capacidade da criança de se desenvolver por si mesma, oferecendo condições adequadas e evitando interferências desnecessárias” (PIKLER, 2010). Essa confiança é essencial para que o bebê se sinta seguro e motivado a explorar.

Além disso, a mediação do educador envolve a organização intencional do ambiente, garantindo que ele seja seguro, acessível e estimulante. Ao preparar o espaço, o educador cria possibilidades de movimento e exploração, sem a necessidade de intervenções constantes. Dessa forma, o ambiente torna-se um aliado na prática pedagógica, permitindo que a criança exerça sua autonomia com segurança.

Outro aspecto importante é o encorajamento. O educador, por meio de sua presença e de suas atitudes, pode incentivar a criança a explorar, tentar e persistir em suas ações. Esse encorajamento não deve ser invasivo, mas sutil, respeitando o tempo da criança e valorizando suas conquistas. Um olhar atento, um sorriso ou uma palavra de incentivo podem fortalecer a confiança do bebê e estimular sua participação ativa.

A dimensão afetiva também é central na mediação do educador. Para Henri Wallon, o desenvolvimento infantil está profundamente ligado às emoções, sendo o vínculo com o adulto um elemento fundamental para a aprendizagem. Assim, a presença de um educador acolhedor e sensível contribui para que a criança se sinta segura para explorar o ambiente e desenvolver suas habilidades.

Além disso, a mediação pedagógica exige formação contínua e reflexão sobre a prática. O educador precisa compreender os fundamentos do movimento livre, questionar práticas tradicionais e construir novas formas de atuação que valorizem a autonomia da criança. Esse processo envolve estudo, troca de experiências e análise crítica do cotidiano educativo.

Portanto, a mediação do educador no movimento livre é um elemento essencial para garantir experiências significativas na primeira infância. Ao observar, organizar, encorajar e intervir de forma consciente, o educador contribui para o desenvolvimento integral da criança, promovendo autonomia, segurança e aprendizagem. Dessa forma, o movimento livre se consolida como uma prática pedagógica fundamentada, que respeita o protagonismo infantil e valoriza o processo de desenvolvimento em sua singularidade.

MOVIMENTO LIVRE COMO DIREITO DA CRIANÇA

A valorização do movimento livre na Educação Infantil ultrapassa uma escolha metodológica ou uma tendência pedagógica, configurando-se como uma questão de direito da criança. Considerar o movimento como um direito implica reconhecer o bebê como sujeito ativo, competente e digno de experiências que respeitem sua autonomia, seu ritmo e suas necessidades de desenvolvimento. Nesse sentido, garantir o movimento livre significa assegurar condições para que a criança explore o mundo, construa conhecimentos e se desenvolva de forma integral.

No contexto brasileiro, documentos oficiais como a BNCC reafirmam a centralidade das experiências corporais na Educação Infantil. A BNCC destaca os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, entre eles o direito de explorar, brincar, participar e expressar-se, todos diretamente relacionados ao movimento. Dessa forma, restringir ou controlar excessivamente o corpo da criança vai de encontro a esses princípios, limitando suas possibilidades de interação e aprendizagem.

Além disso, o movimento livre está diretamente ligado à dignidade e ao respeito à infância. Quando o adulto impede que a criança se movimente livremente, seja por excesso de contenção em cadeirinhas, berços ou equipamentos restritivos, ou por intervenções constantes, há uma limitação de sua liberdade de ação e de sua capacidade de descoberta. Nesse sentido, Emmi Pikler defende que “o livre movimento é uma condição essencial para o desenvolvimento saudável da criança”, pois permite que ela construa confiança em si mesma e em suas capacidades.

A compreensão do movimento como direito também envolve uma dimensão ética. Para Paulo Freire, a prática educativa deve estar comprometida com a liberdade e a humanização dos sujeitos. Ao afirmar

que “educar é um ato de respeito à autonomia do educando” (FREIRE, 1996), o autor nos convida a refletir sobre práticas que, mesmo de forma não intencional, podem limitar a participação ativa da criança. Assim, promover o movimento livre é também uma forma de garantir uma educação mais democrática e respeitosa.

Outro aspecto relevante é a relação entre o movimento livre e a equidade. Nem todas as crianças têm, em seus contextos familiares, oportunidades de se movimentar livremente, seja por falta de espaço, excesso de dispositivos restritivos ou desconhecimento sobre a importância do movimento. Nesse sentido, a creche assume um papel fundamental na garantia desse direito, oferecendo um ambiente que favoreça a exploração, a autonomia e o desenvolvimento. A instituição educativa, portanto, torna-se um espaço de compensação de desigualdades, assegurando experiências fundamentais para todas as crianças.

Além disso, reconhecer o movimento como direito implica rever práticas tradicionais que ainda persistem em alguns contextos educativos, como a antecipação de etapas do desenvolvimento motor ou a valorização excessiva de comportamentos passivos. É necessário romper com a ideia de que a criança deve ser conduzida ou ensinada a se mover, compreendendo que o desenvolvimento ocorre de forma natural quando há condições adequadas.

O papel do educador, nesse cenário, é essencial para garantir a efetivação desse direito. Cabe a ele defender práticas que respeitem o movimento livre, orientar famílias, organizar ambientes e refletir continuamente sobre suas ações. Essa atuação exige compromisso ético, formação e sensibilidade para reconhecer o bebê como sujeito de direitos.

Portanto, o movimento livre deve ser entendido como um direito fundamental da criança na primeira infância, diretamente relacionado ao seu desenvolvimento integral, à sua autonomia e à sua dignidade. Garantir esse direito é responsabilidade das instituições educativas e dos profissionais que nelas atuam, sendo um passo essencial para a construção de práticas pedagógicas mais humanizadas, inclusivas e alinhadas às necessidades das crianças de 0 a 3 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que o movimento livre é um elemento central no desenvolvimento de crianças de 0 a 3 anos, constituindo-se não apenas como uma dimensão motora, mas como uma linguagem essencial para a construção de conhecimentos, vínculos e experiências significativas. Ao reconhecer o corpo como meio de expressão, interação e aprendizagem, amplia-se a compreensão sobre o papel do movimento na Educação Infantil, especialmente nos primeiros anos de vida.

Nesse contexto, foi possível compreender que o movimento livre contribui diretamente para o desenvolvimento integral da criança, articulando aspectos motores, cognitivos, emocionais e sociais. As contribuições de Henri Wallon reforçam a indissociabilidade entre movimento e emoção, enquanto Jean Piaget evidencia a ação como base da construção do conhecimento. Já a perspectiva de Lev Vygotsky destaca a importância das interações sociais nesse processo, demonstrando que o desenvolvimento ocorre em contextos relacionais.

A abordagem de Emmi Pikler foi fundamental para sustentar a defesa do movimento livre como prática pedagógica, ao enfatizar o respeito ao ritmo da criança, sua autonomia e sua capacidade de aprender por meio da própria ação. Essa perspectiva convida educadores a repensarem práticas tradicionais, muitas vezes marcadas por intervenções excessivas, e a adotarem uma postura mais observadora, sensível e intencional.

Além disso, destacou-se o papel do ambiente e do educador na promoção do movimento livre. Espaços seguros, organizados e acessíveis, aliados a uma mediação pedagógica consciente, são condições essenciais para que a criança explore o ambiente com liberdade e confiança. Nesse sentido, o educador assume uma função mediadora, responsável por garantir condições adequadas, observar atentamente e intervir de forma respeitosa quando necessário.

A compreensão do movimento livre como direito da criança também se mostrou um aspecto relevante, alinhado às diretrizes da BNCC, que reconhece a importância das experiências corporais na Educação Infantil. Garantir esse direito implica promover práticas que respeitem a autonomia, a dignidade e as necessidades da criança, contribuindo para uma educação mais humanizada e inclusiva.

Dessa forma, conclui-se que o movimento livre deve ser valorizado como princípio orientador das práticas pedagógicas com crianças pequenas, sendo essencial para o desenvolvimento integral e para a construção de experiências significativas na primeira infância. Investir na formação de educadores, na organização dos ambientes e na revisão de práticas tradicionais é fundamental para assegurar esse direito e promover uma Educação Infantil de qualidade, centrada na criança e em suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança*. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

PIKLER, Emmi. *Mover-se em liberdade: desenvolvimento da motricidade global*. São Paulo: Phorte, 2010.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VYGOTSKY, Lev. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WALLON, Henri. *A evolução psicológica da criança*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MALAGUZZI, Loris. *Histórias, ideias e filosofia básica*. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (orgs.). *As cem linguagens da criança*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BRASIL. BNCC. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.